

u ao universo da literatura infantojuvenil, enchendo as prateleiras de questões raciais de um jeito que enriquece o imaginário e a identidade. Escritoras e escritores contam como é traçar esses enredos tão representativos e em torno das repercussões de suas obras nos pequenos leitores

Percepções amplas

“Quando escrevemos literatura para crianças, assumimos um compromisso com a formação de leitores. Isso significa que almejamos para eles leituras em diversos níveis, para além daquilo que vemos explicitado nos textos. Queremos que as crianças percebam as relações que estão nos textos e entre os textos. Desse modo, eu busquei escrever um livro que tratasse da diversidade em sentido amplo, por meio de uma grande alegoria: a criação de mundo doce dentro de um tacho. Penso que o momento histórico me impeliu a escrever um livro em que crianças negras fossem representadas fora da perspectiva estereotipada da violência e da subalternidade quase sempre associadas ao povo preto. Tâmara e Tamarindo são protagonistas da criação de um mundo mágico e metafórico. Escrevo com comprometimento social. Literatura não é, para mim, simples entretenimento. Por meio da experiência de leitura, busco plantar sementinhas de coisas que levem a criança a pensar, imaginar, plantar outras sementes. No caso do livro, trouxe a questão que envolve as pluralidades e a falsa noção que faz da homogeneidade um perigo de onde partem muitos preconceitos.”

André Lúcio Bento é professor e idealizador do site Baobá Brasil, que é parte do projeto de registro das árvores africanas no DF. O livro *Tâmara e Tamarindo na terra das coisas e das pessoas doces* é sua estreia na literatura infantil



Arquivo Pessoal

Letramento racial

“A literatura voltada para infâncias com representatividade negra positiva presta um grande serviço educativo, na medida em que atua como material de formação racial, contribuindo para a tão sonhada sociedade antirracista que desejamos, para o combate efetivo ao racismo estrutural que nos identifica como país. Acredito que os livros voltados para a infância atuam como letramento racial, isto é, através do contato com essas literaturas com temática negra, a criança leitora, ou ouvinte, amplia seu conhecimento de mundo sobre diversidade. No caso da criança negra, ela fortalece a identidade, aumentando a autoestima. Quanto às crianças não negras, elas têm, nesses episódios, a oportunidade de desenvolverem o afeto e a empatia pelas pessoas negras. Muitas das vezes, é por meio do contato com esses livros que elas têm a possibilidade de encontrar personagens negras em protagonismo, amadas, repletas de humanidades, com famílias e histórias para contar. Essas histórias abraçam as crianças, todas as crianças.”

Sonia Rosa tem, entre suas obras, *Enquanto o almoço não fica pronto*, *O dragão do mar* e *É o tambor de crioula*



Arquivo Pessoal

COTAS NAS UNIVERSIDADES

“Basta renovar a lei como está”

A ideia é defendida pela Educafro, que há mais de 30 anos trabalha pela inclusão de negros e pobres nas universidades públicas brasileiras. Segundo frei David (foto), diretor executivo da ONG, o cenário não é favorável a mudanças na Lei 12.711, que precisa ser revisada até agosto de 2022, quando completará 10 anos. A falta de um estudo embasado sobre os efeitos da política afirmativa e a composição mais conservadora do Congresso embasam a estratégia. “Nossa tese é de que a lei não seja mexida. No máximo, que seja renovada por mais 10 anos”, enfatiza. Em entrevista à coluna, frei David também fala sobre pontos que precisam ser aprimorados na legislação em um outro momento.

“Qualquer mudança, com esse Congresso ultraconservador, pode prejudicar muito o povo negro. A chance de nossas pautas saírem melhores são poucas”



Ed Alves/CB/DA Press - 14/5/21

O que precisa ser reavaliado na lei de cotas?

Um das coisas que não deram certo é o alto índice de fraude nos cursos caros, como medicina e odontologia. Cerca de 80% das vagas desses cursos foram fraudadas por brancos que se declararam negros. Isso aconteceu porque as instituições de ensino não foram sérias para criar com qualidade as comissões de heteroidentificação e fazer um trabalho bastante profissional treinando os seus membros. Então, o trabalho foi muito malfeito e foram perdidas muitas vagas. As pesquisas indicam um número maior de negros nas universidades, mas elas estão equivocadas, até porque não é missão delas checar se a pessoa que se declarou negra realmente é. Houve um boicote. O direito administrativo boicotou o constitucional. A Constituição quer igualdade, e o direito administrativo, facilidade em administrar, sem ter trabalho, investimento. Então, o povo negro foi vítima da compreensão administrativa dos administradores das universidades, que foram desonestos e lentos no processo de garantir que a política pública fosse eficiente.

Como considerar questões desse tipo para se chegar a uma reavaliação eficiente?

A lei atual, nos artigos 6º e 7º, diz que é obrigação do Ministério da Educação (MEC) elaborar um estudo nacional sobre o desempenho da lei e dos cotistas. Portanto, deputados e senadores só podem fazer mudanças na lei depois desse estudo. O presidente Bolsonaro cortou a verba do MEC para fazer a pesquisa nacional. Então, para nós, da Educafro, não há nenhuma condição do Senado e da Câmara de fazer alguma mudança na lei, a não ser deixá-la por mais 10 anos, até o MEC cumprir a função dele. Defendemos que se amplie o prazo da lei, sem mudanças. Basta renovar a lei como ela está, nem os problemas da lei precisam ser mexidos agora. Qualquer mudança, com esse Congresso ultraconservador, pode prejudicar muito o povo negro. A chance de nossas pautas saírem melhores são poucas.

** A lei de cotas em universidades públicas federais deve passar por uma revisão, prevista em lei, quando completar 10 anos, em agosto de 2022. Abrimos aqui um espaço para ampliar o debate sobre este momento significativo.